

Governo divide cientistas

Plano de direitos humanos acirra o debate na Anpocs

FABRÍCIO MARQUES

CAXAMBU, MG – O Programa Nacional de Direitos Humanos do governo federal foi classificado como “o plano certo no governo errado”, num seminário, ontem à tarde, da 21ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu, Minas Gerais.

A definição, que serviu de mote para um debate sobre a política federal de direitos humanos, partiu do cientista político Emir Sader, da Universidade de São Paulo (USP). Para ele, a retirada de direitos sociais nas reformas constitucionais está “aumentando a pobreza e destruindo a cidadania”.

“Citando uma frase do Betinho, o que esse governo faz é uma crueldade conjugal. Com uma mão, põe em prática uma política econômica que aumenta o desemprego, e, com a outra, delega a Ruth Cardoso e à

Comunidade Solidária a tarefa de apagar o incêndio”, afirmou Sader. Depois, mudou sua frase de efeito: “Talvez seja melhor dizer que esse plano dos direitos humanos é o melhor coelho que pode sair do mato desse governo.”

Defesa – O plano está em vigor há um ano e meio, e reúne as iniciativas do governo na área de direitos humanos, entre elas projetos de lei como o que tipifica a tortura e o que retira do policial militar que mata o direito de ser julgado pela Justiça Militar.

Apesar da retórica de Sader, quem brilhou no debate foi o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, principal formulador do Plano Nacional de Direitos Humanos. Ele reconhece que “o Brasil tem um nível epidêmico de violência e criminalidade”, mas fez uma defesa vigorosa do plano. “Vocês dizem que nada mudou depois do plano? Não mudou mesmo, porque essas coisas não mudam a toque de magia. O importante é que muda a referência”, disse.

“Não interessa se a população é contra ou a favor da pena de morte. Interessa é que o Brasil é signatário

de uma convenção internacional contrária à pena de morte. Se quiser mudar, vai ter de passar o vexame de denunciar a convenção.”

Pinheiro também defendeu o governo da crítica de que só age em resposta a massacres e grave desrespeito aos direitos humanos. “Que importa se a lei que tipifica o crime de tortura foi aprovada a toque de caixa, depois do episódio da Favela Naval? Foi um avanço enorme. As vítimas da violência e a sociedade civil não fizeram esse tipo de crítica”, argumentou.

Pressão – “Acho ótimo que o governo aja sob pressão. Na época da ditadura, aproveitávamos cada oportunidade, como a visita do presidente americano Jimmy Carter, para conseguir avançar. É o que temos de continuar fazendo.” Pinheiro criticou os governos estaduais, que, na sua avaliação, são os responsáveis pela escalada da violência policial. “O Acre tem um governador com seis CPFs diferentes, cuja família teve um avião apreendido por envolvimento no tráfico de drogas. Como um cidadão desses pode ser o responsável pela defesa dos

direitos humanos em seu estado?”, perguntou, referindo-se ao governador Oleir Cameli.

“O crime organizado não criou um Estado paralelo. É um mesmo Estado que tem associações com o crime. Só percebemos isso quando o presidente Clinton ou o papa vêm ao Brasil, e a gente observa que o Estado sequer tem controle sobre seu território”, afirmou. O governo, segundo Pinheiro, tem feito sua lição de casa desde os tempos do presidente José Sarney. “Todas as convenções sobre direitos humanos que os militares se negaram a assinar foram assinadas. Até o Collor, um escroque, assinou tratados importantes.”

Cecília Coimbra, coordenadora do Grupo Tortura Nunca Mais e professora da Universidade Federal Fluminense, queixou-se que o governo faz marketing das indenizações às famílias dos desaparecidos políticos, mas convive com atrocidades policiais que lembram as do tempo da ditadura. “Ainda hoje a polícia mata e diz que o morto reagiu à prisão, como se fazia com os presos políticos”, protestou.